



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 108, DE 2011

Altera o art. 236 da Constituição Federal, para autorizar o Poder Público a exercer, diretamente, os serviços notariais e de registro, nos casos previstos em lei.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O *caput* do art. 236 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 236.** Os serviços notariais e de registro são exercidos:

I – em caráter privado, por delegação do Poder Público;

II – diretamente pelo Poder Público, nos casos previstos em lei.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A nossa Constituição manteve a tradição de que os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.

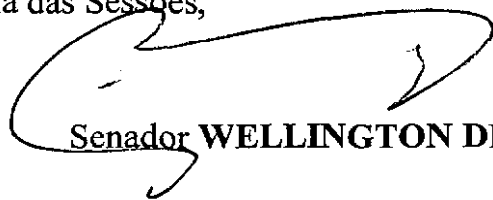
Ocorre, entretanto, que, em muitos casos, os emolumentos relativos aos atos praticados pelos cartórios são muito baixos ou mesmo inexistentes, gerando grande dificuldade para o cumprimento do comando constitucional, uma vez que não há interessados para o provimento de algumas serventias.

Impõe-se solucionar esse problema, sob o risco de retirarmos de diversos brasileiros os direitos que derivam dos atos notariais e registrais.

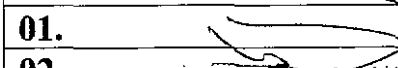
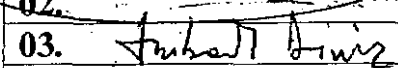
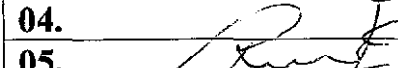
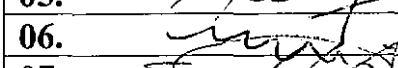

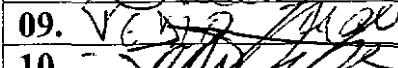
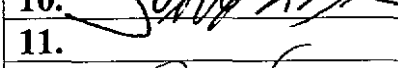
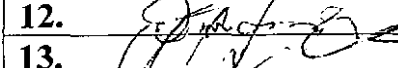

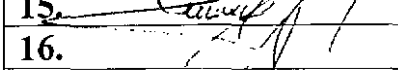
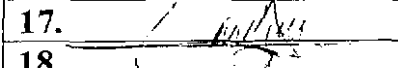
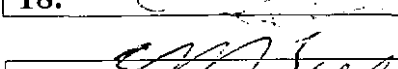
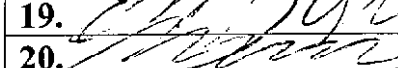
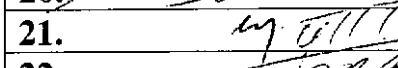
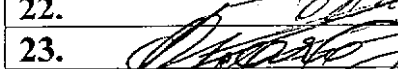

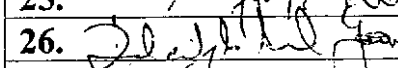
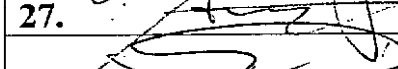
Assim, com esse objetivo, estamos apresentando a presente proposta de emenda à Constituição, facultando que, nos casos previstos em lei, esses serviços sejam exercidos diretamente pelo Poder Público.

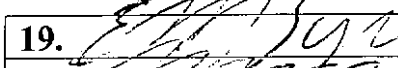
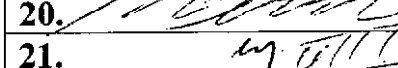
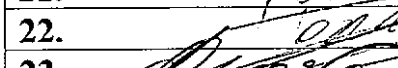

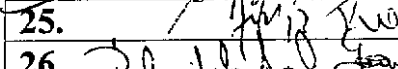
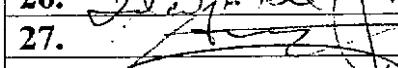
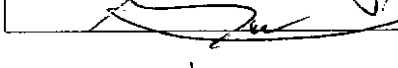

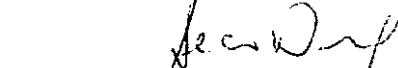
Temos a certeza de que, com essa alteração, não iremos prejudicar o atual modelo adotado no país, evitando qualquer ameaça à prestação desse fundamental serviço público, ao mesmo tempo em que asseguraremos, especialmente às camadas mais pobres da sociedade, o inalienável direito de ver reconhecidos os seus direitos.

Sala das Sessões,



Senador WELLINGTON DIAS

ASSINATURA: SENADOR (A)	NOME
01. 	RAULO LATI RODRIGUES
02. 	AMÍLCAR LIMA
03. 	AMÍLCAR LIMA (PT-AZ)
04. 	WALTER PINHEIRO
05. 	ROMERO JUAN
06. 	MARIA B. CARMO ALVES
07. 	ROGÉRIO SOARES
08. 	AUGUSTO PONTES
09. 	VITOR ROQUE
10. 	JOÃO ALMEIDA
11. 	JOÃO ALMEIDA
12. 	VITOR ROQUE
13. 	VITOR ROQUE
14. 	VITOR ROQUE
15. 	VITOR ROQUE
16. 	VITOR ROQUE
17. 	VITOR ROQUE
18. 	VITOR ROQUE

19. 	EDUARDO M. SILVA
20. 	SEN. AMÍLCAR LIMA
21. 	AMÍLCAR LIMA
22. 	DEMOSTENES
23. 	ALVARO DIAS
24. 	EPIMÉLIO CARDOSO
25. 	JORGE FARIA
26. 	ALOYSIO NUNES
27. 	CLÁUDIO BOTELHO

Amílcar Lima
Sen. Amílcar

WILSON DA SILVA

Constituição da República Federativa do Brasil.

Título IX Das Disposições Constitucionais Gerais

Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público.

§ 1º Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.

§ 2º Lei federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

§ 3º O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no DSF, em 28/10/2011.